

Os industriais paulistas e as dificuldades de reformas durante o governo de João Goulart

Ulisses Rubio Urbano da Silva ¹

Resumo

O golpe civil-militar de 1964 encerrou um intenso debate entre propostas de reformas que objetivavam solucionar uma série de crises por quais passava a sociedade Brasileira. Este artigo tem o propósito de identificar quais os principais temas em debate durante o governo Goulart e averiguar as dificuldades para que fosse composta uma correlação de forças política que viabilizasse a implementação das reformas de base, as quais tinham maior aderência entre as diferentes correntes à esquerda. Para tanto, confere-se maior atenção aos industriais paulistas, força política relevante no período. A posição destes industriais é verificada através de pesquisas em suas publicações. Conclui-se que, diante dos principais problemas debatidos, as posições dos industriais inviabilizaram a formação daquela correlação de forças.

Palavras-chave: Brasil – Política Econômica; João Goulart, 1918-1976; Industriais.

Abstract

The civil-military coup in 1964 closed an intense debate between proposals of reforms that aimed to solve a series of crises which passed the Brazilian society. This article aims to identify the main themes discussed during the Goulart government and to examine the difficulties to form a political correlation of forces for the implementation of basic reforms, which had greater adhesion between the different currents of the left. Therefore, it gives more attention to the industrials of São Paulo state, relevant political force in the period. The position of these industrials is verified through research in their publications. We conclude that, on the main themes discussed, the positions of industrial have become impossible the formation of that correlation of forces.

Keywords: Brazil – Economic policy; Goulart, João; Industrialists.

JEL N00, O10, P11.

Introdução

A bibliografia que trata dos anos que precederam o golpe de 1964 é ampla. Mais restrita, no entanto, é a bibliografia que aborda a ação das classes

(1) Doutorando no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: ulissesrus@hotmail.com.

sociais durante os anos do Governo Goulart. Ainda sem esgotar esta bibliografia mais restrita, podemos destacar quatro trabalhos acadêmicos que abordam o papel das classes sociais, ou grupos de interesses, nos anos precedentes ao golpe de 1964.

O trabalho de Moniz Bandeira (2001) procura mostrar as pressões exercidas pela diplomacia americana sobre Goulart e a impossibilidade deste presidente atendê-las, uma vez que sua carreira política fora apoiada na classe trabalhadora. Bandeira procurou mostrar como estas dificuldades foram se acentuando na medida em que os acontecimentos aceleravam a polarização política na sociedade brasileira.

Um segundo trabalho, amplamente reconhecido, é o de René Armand Dreifuss (1986). Este autor procurou mostrar como uma “elite orgânica” do empresariado “multinacional e associado” coordenou a ação política destes empresários almejando construir um programa de reformas alternativo às reformas de base, conspirando para minar os poderes de Goulart e, por fim, assumir o poder através de um golpe de Estado. Ainda que nosso trabalho não pretenda fazer um balanço da bibliografia, cabe aqui uma observação. A intenção principal de Dreifuss foi mostrar que o golpe não fora militar, mas sim civil-militar. E mais, a motivação principal do golpe foi a luta de classes e não a hierarquia militar. Após o golpe, membros desta elite orgânica ocupariam importantes cargos no Estado sob a aparência de uma tecnocracia em um regime militar. É neste sentido que o autor procura mostrar a ação da burguesia. Sendo assim, o autor concedeu menor atenção para as clivagens existentes no interior dos interesses da burguesia. Contudo, não deixou de assinalar, através da bibliografia, que as diferenças no interior da burguesia foram sendo minadas no decorrer da intensificação das tensões sociais.

A análise de Argelina Figueiredo (1993) procurou mostrar as clivagens no interior dos partidos políticos, explorando as possibilidades de serem implantadas as reformas de base em cada momento. A autora defende, desta maneira, que a cada vez que se perdia uma possibilidade de encontrar consenso em torno das reformas, diminuía as chances de acordos no momento seguinte. Contudo, a análise da autora coloca ênfase no comportamento dos grupos à esquerda quando procura entender porque não foi possível realizar reformas mantendo-se o regime democrático então vigente. Como por exemplo, em: “A

postura intransigente do PTB em relação ao seu projeto de emenda constitucional contribuiu para acirrar a posição dos conservadores radicais” (p. 194). Sugere, assim, que as reformas poderiam ter sido aprovadas caso grupos de esquerda tivessem outro comportamento. Em outro ponto, a autora afirma que “Avultava o espectro de um golpe, seja da direita ou da esquerda” (p. 197)².

Podemos dizer que Loureiro (2012) se aproxima da análise de Figueiredo, no sentido de tentar captar como, a cada acontecimento que impossibilitava um entendimento para resolver os principais problemas, tornava-se mais difícil um entendimento entre os diferentes interesses. Como o próprio autor diz:

Era como se a superação dos principais problemas econômicos da época (inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos) representasse a passagem por um túnel cuja abertura estivesse sendo reduzida a cada tentativa fracassada de resolvê-los. Após várias tentativas, esse túnel fechou-se, tornando impossível a acomodação dos diversos interesses em jogo no interior das regras políticas vigentes (Loureiro, 2012, p. 443).

Contudo, a interpretação de Loureiro (2012) procura demonstrar a importância do conflito distributivo para o enfraquecimento tanto do governo Goulart quanto do regime democrático. Neste ponto a análise de Loureiro (2012) se distingue da análise de Figueiredo (1993), pois esta por vezes vê na atitude ambígua de Goulart um elemento a mais para um entendimento em torno das reformas. Desta forma, Loureiro inverte o problema colocado por Figueiredo: não é o comportamento titubeante do presidente que dificultou um entendimento em torno do conflito distributivo, mas o aguçamento do conflito distributivo que tornou difícil manter o governo. Neste aspecto, Loureiro (2012, p. 450) afirma que “O presidente brasileiro demonstrou pelas suas opções que preferia ser derrubado como um político identificado no imaginário popular como uma figura progressista e símbolo da luta pelas reformas de base do que ficar refém dos setores domésticos de extrema direita”.

Os trabalhos acima citados têm por objetivo verificar quais os fatores que determinaram o fim do governo João Goulart em simultâneo ao fim do

(2) Para uma crítica a interpretações que aceitam a ideia de que havia a possibilidade de um golpe de esquerda, ver Toledo (2004).

regime democrático vigente à época. Neste sentido, auxiliam para nosso objetivo na medida em que contêm informações sobre a ação de grupos conservadores. No entanto, nosso objetivo difere daqueles trabalhos, pois procuraremos demonstrar que a forma como os industriais paulistas, representados na Fiesp³, se posicionavam não era condizente com a aprovação de reformas sociais, pois era incompatível com maior participação popular na disputa política ou na renda nacional. Assim, a partir da ideia de vias de desenvolvimento disputadas no período, procuramos demonstrar que as posições destes industriais contrariavam uma via nacional popular.

Além desta introdução, o artigo é constituído por mais cinco tópicos e a conclusão. No próximo tópico, explicitaremos a forma como apreenderemos as questões colocadas pela revolução burguesa no Brasil naquele momento e as vias de desenvolvimento em disputa. Nos tópicos seguintes, abordaremos as dificuldades de solucionar as questões colocadas pela revolução burguesa – em suas relações com o agrário, no interior da burguesia e com a classe trabalhadora – de forma a seguir uma via nacional popular, com ênfase no posicionamento dos industriais paulistas. Neste sentido, no terceiro tópico, abordaremos a questão da reforma agrária. No quarto e quinto tópico, indicaremos as posições dos industriais paulistas diante das tensões entre empresas estatais e interesses do capital estrangeiro. Posteriormente, tratamos das posições destes industriais diante das reivindicações e mobilizações trabalhistas.

(3) Os industriais começaram a se associarem corporativamente no início da década de 1920, mas ainda no interior da ACSP (Associação Comercial de São Paulo). Em 1928, devido a divergências entre os interesses dos importadores e os interesses dos industriais, foi criado o CIESP (Centro Industrial do Estado de São Paulo). Esta associação corporativa era ainda uma entidade privada. Foi somente durante o Governo Vargas que surgiram associações vinculadas à legislação corporativa estatal, como, por exemplo, a FIESP. Contudo, devido à desconfiança das lideranças industriais quanto à subordinação total ao Estado, os industriais conseguiram manter, após reivindicações e debates com o governo, as entidades corporativas privadas paralelamente às entidades corporativas vinculadas ao sistema corporativo Estatal. Desde os anos 1930 a FIESP adquiriu destaque no interior da representação corporativa dos industriais no Brasil, pois contava não somente com a magnitude da indústria no Estado de São Paulo, como também com importantes lideranças que assumiam papel relevante no sistema corporativo nacional, sendo Roberto Simonsen a liderança mais notória. Apesar de outras entidades corporativas terem adquirido importância nas décadas seguintes, sobretudo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a FIESP manteve sua relevância, como, por exemplo, no caso das discussões sobre a Instrução 113 da Sumoc em meados da década de 1950. A FIESP teve ainda papel de protagonismo no início dos anos 1960, quando intervenções do Estado na direção da CNI deixaram esta instituição mais frágil. Uma destas intervenções, inclusive, fora realizada após demanda de lideranças da FIESP. Sobre o assunto, ver Leopoldi (2000).

Os temas em debate

De acordo com Sonia Draibe (1985), a maneira como são encaminhadas soluções para as questões colocadas, e recolocadas, ao longo do processo de revolução burguesa no Brasil constitui uma *via de desenvolvimento*. Embora a autora conceba, abstratamente, três *vias* possíveis, admite que, no plano concreto, estas vias não existem em sua forma pura. Isto é, a via efetivamente construída no decorrer do processo histórico concreto da revolução burguesa admite soluções diversas. Mas em todas elas se encontraram elementos que permitem identificar a maneira como se conformou a relação de forças entre as classes e frações de classes que, caso tornasse seus interesses em interesses nacionais, constituiriam uma via em sua forma pura.

Explicemos melhor. Draibe (1985) assume que as soluções às questões colocadas pela revolução burguesa implicam numa relação de forças. De maneira geral, as questões são as mesmas em todas as revoluções burguesas. No entanto, a forma de resposta depende da relação de forças entre as classes, no interior de um Estado Nacional, com poder para transformar os seus interesses em demandas gerais (a “vontade da nação”). Ou seja, embora uma revolução burguesa num Estado Nacional apresente caracteres gerais de todas as revoluções burguesas, apresenta também características específicas. O geral se apresenta pelas questões colocadas. O específico é dado pela forma como as relações sociais respondem a elas.

No geral, a forma como segue as relações sociais no curso do processo de revolução burguesa envolve três ângulos: uma relação com o passado, uma com o presente e uma com o futuro. O passado consiste na relação com o agrário: significa definir a forma de estrutura fundiária mercantil que permitirá “a produção de alimentos e matérias-primas demandadas pela acumulação industrial-urbana” (Draibe, 1985, p. 15). O presente se refere às relações intra-burguesas: “são as relações sociais e de poder que emergem no momento crucial da transformação capitalista, referenciadas à questão da industrialização propriamente dita e à ‘questão nacional’, vale dizer, às formas de articulação com o capital estrangeiro” (Draibe, 1985, p. 16). A relação com o futuro consiste na forma de vínculo entre a classe dominante e a classe trabalhadora, o que inclui a questão urbana, social, de cidadania e “das formas democráticas ou autocráticas de consolidação do poder burguês” (Draibe, 1985, p. 16). Por fim,

estas três relações envolvem a questão do Estado: as estruturas centralizadas e centralizadoras do poder burguês que permitirão que seus interesses se manifestem enquanto interesse da “nação”.

Segundo Draibe (1985), a maneira específica como estas relações sociais se constituem e, portanto, conformam a relação de forças que caracteriza o Estado, encaminha as respostas também específicas às questões colocadas pela revolução burguesa: a questão nacional, a questão agrária, a questão urbana, a questão social e a questão institucional (que a autora chama de *ossatura material do Estado*). Neste sentido é que inserem-se no papel do Estado também as questões nacional e social. A questão nacional, particularmente numa revolução burguesa em capitalismo tardio, envolve o financiamento e a tecnologia. Trata-se, portanto, de mediar as relações com o capital estrangeiro, seja mediando a relação entre empresas nacionais e estrangeira que aqui se instalam – abrangendo também uma relação com a empresa pública – ou as relações com o capital internacional mediante empréstimos externos – governo-governo ou governo-privado (neste caso, ainda que exista mediação de instituições multilaterais). O financiamento envolve a política fiscal. Trata-se de determinar as prioridades para os recursos públicos dentro do projeto de desenvolvimento capitalista. Isto, por sua vez, configura os limites às políticas sociais.

A análise histórica de Sonia Draibe se refere ao período de 1930 a 1960. Assim, a autora caracteriza três vias possíveis de desenvolvimento capitalista abertas a partir de 1930: pela dominação do capital cafeeiro; a partir de interesses estratégicos da burguesia industrial; e uma via nacional-popular, “nucleada em torno dos interesses da classe operária” (p. 38). Como dissemos acima, no decorrer do processo histórico concreto estas vias podem não se constituir em sua forma pura, mas marcam os limites. Para o período analisado pela autora, o Estado tinha certa autonomia, possível devido à ausência de hegemonia de uma classe ou fração de classe. Mas foi também a instabilidade das correlações de forças no período que colocava os limites e o sentido desta autonomia estatal.

Nosso intuito é, partindo desta análise de Sonia Draibe, identificar como os industriais paulistas se posicionaram na correlação de forças através de suas propostas às questões colocadas pelo processo de revolução burguesa no

Brasil, durante o governo João Goulart. Para o período estudado pela autora, 1930 a 1960, ela pode afirmar que:

O que o período não mostra, ao nível das forças políticas atuantes, é uma forma orgânica de articulação de interesses em torno do conjunto das questões maiores da industrialização. Nesse sentido, as “alianças” e articulações que se estabeleceram no período, à medida que aquelas questões “atualizaram-se”, foram fugazes, instáveis, respondendo a um campo sempre heterogêneo de interesses fragilmente aliados em torno de objetivos específicos (Draibe, 1985, p. 42).

No entanto, o governo Jango e, sobretudo, a forma como terminou, foi marcado exatamente pela conformação de uma articulação entre a burguesia em torno das questões então colocadas (Dreifuss, 1986). Neste sentido, no período que abordaremos neste trabalho, pensamos estarem presentes duas vias de desenvolvimento capitalista em disputa no Brasil: uma nacional-popular e outra dependente-associada. Pela via nacional-popular, era proposto um aprofundamento da democracia e da cidadania, reforma agrária de modo a melhorar a condições do trabalho no campo e amenizar a migração para a cidade. Isto também possibilitaria maior transferência dos ganhos do desenvolvimento aos trabalhadores urbanos. Na estrutura industrial então atingida pelo país, significaria expansão do consumo dos trabalhadores e do gasto do Estado em infraestrutura. A partir destes, ampliaria a demanda por bens de produção, ditando a taxa de lucro e de acumulação, determinando o consumo capitalista. Para tanto, seria necessária uma reformulação da ação do Estado e do próprio Estado em direção a uma política fiscal que permitisse ampliar a participação da indústria de bens de produção, permitindo também ampliar a política social. Isto significaria formas de financiamento do setor público e privado menos dependente do exterior e maior controle sobre o capital estrangeiro.

A via efetivamente seguida abrandou a regulação sobre o capital estrangeiro, uma vez que considerava este como poupança externa essencial para complementar o que se dizia ser a insuficiência da poupança interna. Os investimentos estrangeiros, no que se refere às empresas produtoras de bens de consumo duráveis, também foram favorecidos através de uma política de

concentração de renda, realizada por meio de declínio do salário real e de incentivos fiscais. Esta política permitiu ampliar a capacidade da classe média alta, com ajuda de maior acesso ao crédito, de consumir bens duráveis. Foi este setor industrial, que se encontrava com capacidade ociosa, que puxou a retomada do crescimento econômico (Furtado, 1972).

A reforma agrária

Os dados da Tabela 1 permitem uma rápida visualização sobre a concentração agrária no Brasil em 1960. Podemos observar que as menores propriedades, até 10 ha, representavam 44,79% do total de propriedades. No entanto, detinham apenas 2,38% do total da área dos estabelecimentos agropecuários. Na outra ponta, as maiores propriedades, acima de 1000 ha, representavam 0,98% do total de propriedades, mas detinham 44,15% do total da área dos estabelecimentos.

Tabela 1
Participação das áreas dos grupos de estabelecimentos agropecuários na área total, 1960.

	número estabelecimentos (A)	(A) em % do total	Área dos estabelecimentos (B)	(B) em % do total
Total (ha)	3 337 769		249 862 142	
Menos de 10	1 495 020	44,79	5 952 381	2,38
10 a menos de 100	1 491 415	44,68	47 566 290	19,04
100 a menos de 1 000	314 831	9,43	86 029 455	34,43
1 000 a menos de 10 000	30 883	0,93	71 420 904	28,58
10 000 e mais	1 597	0,05	38 893 112	15,57

Fonte: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/atividade_economica/setoriais/agropecuaria/agropecuaria.shtm.

Diante desta situação, emergiu um intenso debate em torno da reforma agrária, a qual seria o centro das atenções entre as reformas requeridas. A posição dominante entre aqueles que defendiam a necessidade da reforma era de

que o setor agrário brasileiro mantinha características feudais⁴. O principal aspecto que comprovaria a existência destas características feudais, segundo a interpretação dominante, era a existência de pequeno número de grandes propriedades (latifúndio) com elevado número de pequena propriedade, caracterizando o monopólio da terra. Este monopólio, por sua vez, dava lugar a outras duas características feudais: a existência de camponeses; e a relação desigual entre os proprietários e os trabalhadores, implicando em poder extra econômico daqueles sobre estes (Carvalho, 1973).

Segundo a interpretação dominante, a manutenção das estruturas feudais e semicoloniais constituiriam entraves ao desenvolvimento capitalista. Primeiro porque a concentração da propriedade e a existência de relações feudais implicariam em excedentes de mão de obra, exercendo pressão para a manutenção dos salários urbanos próximos ao rural. Isto limitaria a expansão do mercado interno para a indústria. Segundo, as pequenas e médias propriedades seriam as principais ofertantes de gêneros alimentícios para o mercado interno (Carvalho, 1973).

Seguindo esta argumentação, propunha-se a realização da reforma agrária, a qual incluía a divisão e distribuição de terras como forma de eliminar a estrutura feudal e remover os obstáculos à penetração capitalista no campo (Carvalho, 1973).

A contribuição de Celso Furtado para o debate ocorreu principalmente através da Sudene. Entre as medidas para o desenvolvimento do nordeste, no que se refere à agricultura, recomendou para a zona úmida um programa de

(4) O debate, sobre como caracterizar o setor agrário brasileiro de meados do século passado, foi intenso no início da década de 1960. Os artigos de Caio Prado Jr. sobre este assunto foram publicados à época na Revista Brasileira. O debate teve continuidade mesmo após o golpe, com novas interpretações sobre o caráter da atividade agrícola. Aqui, no entanto, nos restringimos à posição dominante no começo dos anos 1960. Ainda assim, cabe um esclarecimento. Nelson Werneck Sodré, tido como um dos maiores expoentes desta corrente dominante, não considerava a atividade cafeeira como feudal. Esta atividade teria, ao extinguir nela o trabalho escravo, sido direcionada às relações de trabalho assalariado, e não para um quadro feudal. As regiões onde predominava o quadro feudal eram a mineira, a partir da fase de crise da exploração aurífera, e as demais regiões cujas atividades haviam sido fomentadas ao se ligarem à atividade mineira no momento de auge desta, mas que entraram em crise, e em quadro feudal, após a crise aurífera. Foi em torno destas atividades, as que não se vinculavam à atividade exportadora, que se concentrou o debate sobre o feudalismo (Sodré, 1962).

modernização do cultivo de açúcar, que penalizaria os latifundiários que não o seguissem com uma partilha de suas terras para fins de produção de alimentos. Para o agreste, recomendou uma ampla reforma da estrutura agrária, que liberasse as terras ocupadas pelos latifúndios pecuaristas, de modo a ampliar a economia camponesa, até então dedicada ao cultivo de alimentos, em condições de absoluta escassez de terras (e de capital) e, conseqüentemente, de baixíssima produtividade (Bielshowsky, 1996, p. 161).

Desta forma, a reforma agrária aparecia como imprescindível ao aumento da oferta de alimentos no nordeste. Mas não somente isto. A reforma agrária também seria fator indispensável para se alcançar uma transformação social rápida mantendo o “modelo de uma sociedade aberta” (Furtado, 1963, p. 29). Para Furtado, em sociedades subdesenvolvidas, caso o desenvolvimento não trouxesse melhorias de condições materiais para a população, haveria a possibilidade de parcelas marginalizadas apoiarem uma opção marxista-leninista, o qual Furtado considerava contrária à liberdade⁵.

Assim, surgiam, no Brasil duas “falsas alternativas”:

Os que se arvoram em defensores da liberdade alegam que as mudanças estruturais na ordem social, necessárias para a rápida aceleração do desenvolvimento econômico, sempre estiveram associadas à supressão das liberdades humanas fundamentais. Aqueles que tomam o lado oposto alegam, baseados em fato histórico, que o único método eficiente para introduzir as mudanças sociais necessárias para o desenvolvimento rápido tem sido uma revolução do tipo marxista-leninista, que, por sua própria natureza, exige a instituição de uma ditadura rígida (Furtado, 1963, p. 28-29).

No entanto, segundo Furtado, a alternativa “marxista-leninista” não obtivera êxito em sociedades “abertas”. Neste sentido, a fração social brasileira mais suscetível ao marxismo-leninismo seria composta pelos camponeses, por não estarem inclusos na “sociedade aberta”:

(5) Segundo Furtado (1963, p. 28), “Poucos de nós têm consciência suficiente destas características profundamente desumanas do subdesenvolvimento. Quando nos tornamos plenamente cômicos, compreendemos porque as massas estão preparadas para qualquer sacrifício a fim de superá-lo. Se o preço da liberdade para os poucos teve de ser a pobreza dos muitos, podemos estar absolutamente certos de que a probabilidade de preservar a liberdade seria praticamente nula”.

O fato é que nossa sociedade é “aberta” aos trabalhadores industriais, mas não aos camponeses. Não é difícil, portanto, explicar por que o camponês é muito mais suscetível às técnicas revolucionárias do tipo marxista-leninista do que a classe operária industrial (Furtado, 1963, p. 30).

E concluía Furtado:

Se quisermos evitar regimes ditatoriais, quer de uma classe social, quer de grupo ideológico, quer de máquina partidária rígida, devemos: (a) impedir todas as formas de retrocesso em nossos sistemas sociais e políticos; e (b) criar condições para a mudança rápida e eficiente na arcaica estrutura agrária do país (Furtado, 1963, p. 31).

Foi neste sentido que Furtado colocou-se a defender a emenda constitucional que permitiria a realização da reforma agrária.

A proposta de emenda constitucional tornou-se o centro das tensões em torno da reforma agrária durante o período presidencialista do governo Goulart. O artigo 146 da Constituição previa o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras. O governo propunha que este artigo fosse alterado a fim de permitir que o pagamento pudesse ser efetuado com títulos públicos, aceitando que os valores destes títulos fossem atualizados em 10% da correção monetária. O projeto precisava ser avaliado por uma Comissão Parlamentar antes de ser votado em plenário. Nesta fase, a UDN colocou-se contrária a qualquer alteração constitucional e o PSD foi irredutível em sua reivindicação de que os títulos tinham que ser atualizados em 100% da correção monetária, proposta que o PTB considerava ser um “negócio agrário” (Figueiredo, 1993).

A proposta foi derrotada na Comissão, mas ainda seria votada em plenário. O PSD apresentou uma proposta na qual aceitava que a correção dos títulos fosse limitada entre 30 e 40%. No entanto, o próprio partido recusou sua proposta, em reunião da bancada no Congresso com o Diretório Nacional. Segundo Figueiredo (1993, p. 124) “Há que se notar que o PSD era um partido de base rural, e que sua decisão oficial favorável à emenda constitucional contrariava a posição de intensa hostilidade das associações rurais em relação à tal medida”.

Ainda que Argelina Figueiredo (1993) ressalte também a importância da “esquerda radical” para o fracasso de um entendimento em torno de uma

reforma agrária, a própria análise da autora parece esclarecer bem sobre a resistência dos grupos conservadores em permitir que o governo adquirisse instrumentos que tornassem possível uma reforma agrária.

Desta maneira, a posição da fração agrária da classe burguesa impunha um limite à inserção do trabalhador agrícola na partilha dos benefícios do desenvolvimento econômico. Um dos possíveis caminhos para a superação da oposição da burguesia agrária à reforma, seria o apoio dos trabalhadores urbanos e da burguesia industrial à tal medida. Contudo, o apoio destas outras duas frações de classe dependia do entendimento entre elas. Este entendimento, por seu turno, dependia de como os industriais conceberiam os papéis do Estado e do capital estrangeiro.

As empresas estatais

No que se refere às relações do Brasil com o exterior, pode-se dizer que as tensões do período se concentraram em três assuntos principais: a política externa independente, sobretudo as consequências que ela teve para posições adotadas pelo Brasil em relação a Cuba; a Lei de Remessa de Lucros; e a delimitação do espaço para empresas estrangeiras, envolvendo inclusive casos de encampação. Ainda que no primeiro caso possa se dizer que o assunto se refere à contraposição entre interesses Estatais, é inegável que nos segundo e terceiro casos envolviam, embora mediada pelo Estado, a relação entre capital nacional e capital estrangeiro. Isto é, a solução para a tensão envolveria definir o modo como o capital nacional se posicionaria perante o capital estrangeiro. A escolha sobre como seria esta posição refletiria também sobre os espaços que o Estado brasileiro poderia ocupar na estrutura produtiva.

Como afirma Dreifuss (1986), dois casos tornaram-se símbolos da polarização “entreguista-nacionalistas” durante o governo João Goulart: o caso da AMFORP e o da Hanna Mining Co. Essas duas empresas mantinham estreitas relações com órgãos do governo mediante a empresa de Consultoria Consultec. Os principais membros desta empresa de consultoria eram também funcionários de importantes órgãos do governo, como o BNDE, e mantinham cargos em diretorias de diferentes empresas “multinacionais e associadas”. Dreifuss (1986) usou a terminologia “tecno-empresários” para se referir a estes sujeitos. O termo “empresários” serve para ressaltar que, apesar de se

colocarem como técnicos de interesses neutros, representavam interesses da burguesia oligopolista multinacional. Este “entrincheirado” relacionamento entre companhias multinacionais e associadas, tecno-empresários e tecno-burocracia formava os “anéis burocrático-empresariais”. Durante a década de 1950, principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, estes anéis formaram uma “administração paralela” e permitiram às empresas internalizarem seus interesses no Estado. Neste sentido, a “presença desses tecno-empresários nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado era instrumental ao estabelecimento e desenvolvimento de um complexo financeiro industrial estatal integrado de produção e domínio” (Dreifuss, 1986, p. 72).

Ainda segundo Dreifuss (1986), os tecno-empresários

se tornaram também a vanguarda da classe capitalista, sistematizando interesses particulares em ternos gerais, isto é, tornando-os ‘nacionais’. Os tecno-empresários formaram, com outros diretores e proprietários de interesses multinacionais e associados, um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista. Esses tecno-empresários tornar-se-iam figuras centrais da reação burguesa contra o renascimento das forças populares do início da década de sessenta, assim como articuladores-chave de sua classe na luta política pelo poder do Estado (Dreifuss, 1986, p. 72-73).

Entre estes tecno-empresários estavam Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva, Harold Cecil Polland e Mário Henrique Simonsen, citados por Dreifuss (1986) no decorrer de seu livro.

Um exemplo ocorreu no setor de energia elétrica. Até o início da década de 1950, as empresas privadas predominavam neste setor. Entre estas, prevaleciam as empresas dos grupos estrangeiros: a estadunidense American Foreign Power Company (AMFORP) e a canadense Brazilian Traction (ao qual pertencia a Light). Em 1953, as empresas de capital estrangeiro eram responsáveis por 61% da capacidade geradora existente no país. Esta participação foi reduzida a 38,7% em 1964. No mesmo período, a participação de empresas públicas no total da capacidade geradora saltou de 8,2% para 39,7% (Castro, 1985, p. 27). Contudo, não se pode dizer que a expansão da participação das empresas estatais confrontava os interesses das empresas

estrangeiras. A expansão da capacidade geradora de energia elétrica dependia de recursos externos. Os bancos financiadores e a diplomacia norte-americana, entretanto, priorizavam os empréstimos aos projetos capazes de garantir a sobrevivência da filial estrangeira (Bastos, 2000). Internamente esta ideia reverberava através de intelectuais pertencentes à corrente geralmente denominada “privatista”. Parte significativa destes tecno-empresários eram membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e do BNDE. Entre eles estavam Roberto Campos, Lucas Lopes e Glycon de Paiva. Estes, embora não fossem contrários aos investimentos estatais, eram contrários à sua proliferação. Neste sentido, apoiavam o capital estrangeiro (Bielshowsky, 1996). Roberto Campos, por exemplo, advogava que uma das causas da existência dos pontos de estrangulamento na economia brasileira era o afastamento do capital estrangeiro devido ao controle regulatório do Estado, sobretudo quando este controle estava sujeito a influência política do nacionalismo (Campos, 1963a).

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, este grupo de economistas dividia a influência sobre Vargas com um grupo nacionalista, pertencente à Assessoria Econômica. Os economistas da Assessoria Econômica procuravam dotar a economia nacional de maior autonomia, atribuindo atividades consideradas fundamentais para o desenvolvimento ao Estado.

O depoimento de Rômulo de Almeida, membro da Assessoria Econômica mostra esta divisão:

Eu era amigo do pessoal todo da Comissão Mista... [que] era um pessoal essencialmente antiestatista, privatista, a Favor da Light, a favor das Empresas Elétricas Brasileiras. [Sua] política era trazer dinheiro americano para reforçar a Light e as Empresas Elétricas Brasileiras, e a nossa política (da Assessoria Econômica) não era essa. A nossa política era fazer o Estado atuante (Entrevista de Rômulo Almeida ao CPDOC, 1980 apud Leopoldi, 2000, p. 220).

A expansão da capacidade geradora em Minas Gerais, por seu turno, foi planejada por Lucas Lopes, através do Plano de Eletrificação produzido pela Companhia Brasileira de Engenharia, que ele coordenava. Através deste Plano, foi possível ampliar a participação das empresas públicas de forma a garantir a sobrevivência das empresas privadas (Silva, 2009). Lucas Lopes também se

posicionou contrário ao Plano Nacional de Eletrificação e à criação da Eletrobrás por temer que os recursos do Fundo Nacional de Eletrificação fossem canalizados para projetos que não incluíam os interesses das empresas estrangeiras. O Plano Nacional de Eletrificação agregava quatro projetos: a criação do Imposto de Energia Elétrica, que passou a vigorar através da lei n. 2308, de 31 de agosto de 1954; a divisão dos recursos originados deste imposto entre governos federal, estaduais e municipais, o que ocorreu com a lei n. 2944 de 8 de novembro de 1956; o programa de investimentos em dez anos, que não foi aprovado; e a constituição das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., a Eletrobrás, que tornou-se lei apenas em 1961 (Castro, 1985).

Desta maneira, os recursos para projetos em geração de energia elétrica estavam garantidos. Enquanto o Plano Nacional de Eletrificação e a Eletrobrás não fossem criados, estes recursos ficariam sob a administração do BNDE. Garantia-se o atendimento aos projetos de Minas, de maior afinidade com os interesses das empresas estrangeiras (Castro, 1985).

A principal queixa da corrente privatista recaía sobre o Código das Águas, promulgado por meio do Decreto n. 24643 de 10 de julho de 1934. A controvérsia girava em torno do critério para determinação das tarifas, cujo calculo incluía: custos operacionais, taxas de impostos, reserva para amortização, reserva para depreciação e remuneração do capital investido. O último item era o principal alvo de ataque dos privatistas. A taxa de remuneração do capital foi fixada em 10%, taxa que os privatistas consideravam insuficiente para manter os investimentos necessários. Somava-se a isto o critério do custo histórico para determinar o valor investido, não sendo admitida a correção dos ativos (Castro, 1985).

O presidente do Sindicato da Indústria de Energia Hidroelétrica do Estado de São Paulo, Humberto Reis Costa, procurava defender e disseminar estas ideias dentro da Fiesp. Na iminência do projeto de criação da Eletrobrás, que foi transformado na lei 3890-A, de 25 de abril de 1961, o *Boletim* da Fiesp publicava as reações de Humberto Costa e Nelson Godoy Pereira, também do Sindicato da Indústria Hidroelétrica, contrários ao projeto aprovado no Congresso. Após as Eleições de 1962 da Fiesp, estas posições favoráveis a manutenção dos interesses privados no setor elétrico, ainda que ocorresse um aumento da participação do Estado, parecem ter ganhado maior espaço. Isto

pode ter ocorrido não tanto pela defesa dos interesses das empresas de energia elétrica, mas principalmente pela defesa irrestrita da empresa privada e suas supostas vantagens sobre a empresa pública. Tal defesa aparecia como o argumento que permite identificar semelhança entre os interesses da nova diretoria da Fiesp e os interesses das empresas privadas de energia elétrica.

Segundo Leopoldi (2000), a eleição de 1962 na Fiesp foi um marco entre o auge e o declínio do nacionalismo dentro desta instituição. O nacionalismo ganhou nova coloração durante o governo de Juscelino Kubitschek, sobretudo ao contrariar a maneira como estava sendo aplicada a Instrução n. 113 da Sumoc, criada pelo Ministro da Fazenda Eugênio Gudin durante o Governo de Café Filho, um curto governo entre o suicídio de Vargas e a posse de Kubitschek. A Instrução 113 permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial através de uma licença de importação emitida pela Cacex (Carteira de Comércio Exterior), se o importador dispusesse dos equipamentos ou de recursos no exterior para pagá-los. A Instrução também permitia que empresas brasileiras importassem equipamentos desde que obtivessem financiamento no exterior. No entanto, este artigo não chegou a ser implementado, pois dependia da disponibilidade de divisas da Cacex.

A instrução 113 representou, portanto, um *incentivo cambial* às empresas estrangeiras e acelerou o processo de internacionalização da economia brasileira, incentivando os empreendimentos associados e gerando a desnacionalização de alguns setores antes dominados pelo capital nacional, tais como a indústria farmacêutica (Leopoldi, 2000, p. 245).

À medida que se avolumavam os investimentos estrangeiros, sobretudo em indústrias nas quais o capital nacional houvera se estabelecido, os industriais reagiram sob a liderança da Fiesp. Reivindicavam principalmente um tratamento igualitário entre capital nacional e capital estrangeiro, isto é, que não houvesse privilégios ao capital estrangeiro. Nesta campanha, abriu-se espaço inclusive para reivindicar reservas de mercado para a indústria nacional e poder para selecionar os investimentos, que não concorressem com indústrias já instaladas e fossem realmente necessários. Surgiu assim, uma nova forma de nacionalismo. A mera defesa do produto nacional (produzido internamente) contra o importado foi sobreposta pela defesa da *indústria nacional* contra a estrangeira (Leopoldi, 2000).

O nacionalismo na Fiesp ainda atingiu maior ímpeto entre 1957 e 1958. Além de estudos sobre os efeitos da Instrução 113 realizados por Heitor Ferreira Lima, assessor econômico da entidade, também foi realizado, no Fórum Roberto Simonsen, um “Curso sobre problemas brasileiros”, para o qual foram convidados, como conferencistas, alguns membros do ISEB, entre os quais Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel (Leopoldi, 2000).

Contudo, os reclamos não foram suficientes pra revogar a Instrução. Esta perdeu seu efeito na medida em que diminuía os investimentos sem cobertura cambial, no início dos anos 1960. Assim, os interesses nacionalistas foram perdendo espaço diante da associação de industriais nacionais ao capital estrangeiro.

Nos anos 1959-60, uma nova aliança já emergia dentro das associações de classe, envolvendo industriais locais, executivos de firmas multinacionais, membros de associações paralelas da indústria, militares, a American Chamber of Commerce, Associações Comerciais e a Conclap (Confederação das Classes Produtoras) (Leopoldi, 2000, p. 272).

Na eleição da Fiesp de 1962, os nacionalistas apoiaram a candidatura de José Ermírio de Moraes Filho, com o intuito de afastar Antonio Devisate da presidência da entidade. Entretanto, Moraes Filho contava também com o apoio do udenista José Villela de Andrade Júnior. Ao final, a eleição ocorreu com uma única chapa conciliatória, a qual trazia Rafael Noschese como presidente (Leopoldi, 2000).

Raphael Noschese pertencia ao Conselho das Classes Produtoras, uma organização que fazia irrestrita defesa da iniciativa privada e do capital estrangeiro, e criticava duramente o comunismo. Em seu discurso de posse, Noschese seguiu a mesma linha, criticando o que considerava ser a “estatização”, o nacionalismo e o comunismo:

Feita nossa profissão de fé no regime em que vivemos, na democracia, na livre empresa, alertados os nossos homens responsáveis para o perigo da destruição dos pilares da nossa sociedade livre pelo estatismo, desejamos demonstrar como se está processando essa estatização apoiada tanto pelos que

se dizem apenas “nacionalistas”, sem se confessarem esquerdistas, como também pelos esquerdistas que se dizem nacionalistas⁶.

Se os interesses privatistas ganhavam espaço dentro da Fiesp, naturalmente estes se identificariam com os interesses dos EUA diante das encampações. Duas delas, ambas realizadas pelo governo Brizola no Rio Grande do Sul, se tornaram centrais nas tensões entre o governo Goulart, os empresários e o governo dos EUA: a da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power (AMFORP), em 1959; a da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph (ITT).

A desapropriação dos bens da subsidiária da ITT ocorreu dias após a Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962. Esta conferência marcou um dos momentos de maior tensão entre o Brasil e os Estados Unidos. O governo Kennedy vinha se empenhando para conduzir a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). No entanto, o Brasil, apoiando-se em sua Política Externa Independente, discordava. Na conferência de Punta del Este o Brasil defendeu o direito de Cuba à sua autodeterminação. Os Estados Unidos pressionaram, inclusive ameaçando, por meio do Secretário de Estado Dean Rusk, de utilizar o exército dos EUA contra os governos que não o apoiasse na votação contra Cuba. O episódio teve grande repercussão internamente no Brasil e, apesar da abstenção de San Tiago Dantas na votação pela expulsão de Cuba e de sua votação condenando a adoção do Marxismo-Leninismo por Cuba, a relação entre Brasil e Estados Unidos se desgastou. Neste ambiente, a desapropriação da subsidiária da ITT agravou a tensão, causando reação contrária do Departamento de Estado, da imprensa e do Congresso estadunidenses (Bandeira, 2001).

As divergências entre Brasil e Estados Unidos tiveram novo aprofundamento em outubro de 1962, quando os Estados Unidos “decretou o bloqueio naval contra Cuba e ameaçou invadi-la, diretamente, a fim de compelir a URSS a desmontar as bases de mísseis que lá instalara” (Bandeira, 2001, p. 87). O Brasil, no entanto, se opôs à invasão a Cuba, embora não fosse

(6) Não devemos e não seremos indiferentes à guerra declarada ao Brasil e às instituições livres. (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 10 out. 1962, p. 532).

favorável à instalação de bases de mísseis pela URSS em território Cubano. Diante de apelos do secretário de Estado Dean Rusk, o governo brasileiro chegou a aceitar o bloqueio a Cuba, mas solicitou alteração do segundo parágrafo do anteprojeto de resolução apresentado pelos EUA, de forma a condicionar qualquer intervenção armada à Cuba a provas incontestáveis levantadas por representantes da ONU de que ainda houvessem mísseis soviéticos em Cuba. Diante da recusa dos representantes de Washington a desvincular claramente a aprovação de bloqueio da ação militar, a resolução terminou por ser aprovada, embora representantes brasileiros tenham manifestado a repugnância a uma intervenção dos EUA (Bandeira, 2001).

Contudo, o fato intensificou a radicalização interna no Brasil, uma vez que provocou diversas manifestações contrárias à atitude dos Estados Unidos. Concomitantemente, os Estados Unidos passaram a considerar o Brasil como o problema mais urgente na América Latina, intensificando a campanha anti-Goulart. O presidente Kennedy passou então a intensificar a pressão para a resolução dos casos das concessionárias da AMFORP e da ITT, além da questão da Hanna. Enquanto San Tiago Dantas buscava entendimentos com os Estados Unidos para novos empréstimos e reestruturação da dívida brasileira, os norte-americanos condicionavam novos acordos à solução dos casos AMFORP e ITT.

Dantas autorizou Roberto Campos a assinar um memorando com o qual

o governo brasileiro manifestava o propósito de adquirir o patrimônio das empresas da AMFORP pelo preço de US\$ 43 milhões, pagáveis, US\$ 10 milhões na data da escritura da compra e venda e o restante em 25 anos. Em troca, os EUA concederiam ao Brasil um empréstimo de US\$ 398,5 milhões, cuja completa liberação dependeria do cumprimento dos compromissos que San Tiago Dantas assumira. Imediatamente, o governo Brasileiro só poderia utilizar US\$48 milhões, dos quais US\$30 milhões se destinavam a prover o acordo de compensação com a ITT, ficando a outra parcela hipotecada pela promessa de reembolsar os acionistas da AMFORP (Bandeira, 2001, p. 93-94).

No mesmo dia em que Campos assinou o memorando, a Comissão Interministerial nomeada por Goulart concordava em pagar à AMFORP o montante que a empresa reivindicava: US\$ 188,1 milhões. Isto era o dobro do valor apurado pela Conesp/Eletróbrás. Brizola divulgou os entendimentos

promovidos por Dantas como “crime de lesa-pátria”. Embora Goulart tenha se recusado a prosseguir com o acordo após conhecer os detalhes, o escândalo o enfraqueceu. Diante das manifestações contrárias da imprensa de esquerda, Goulart reformulou o ministério. A queda de Dantas influenciou a maneira pela qual os EUA conduziram sua posição em relação ao governo Goulart (Bandeira, 2001).

A polarização política interna ganhava novo impulso diante das pressões externas e dificultava ainda mais um possível entendimento interno que permitisse ao governo implementar as reformas de base⁷, o que ficou evidenciado com o caso das empresas de energia elétrica. Os industriais reafirmaram a defesa indiscriminada da empresa privada, ampliando, assim, as possibilidades de inserção dos interesses externos no gerenciamento das funções do Estado. Isto, por sua vez, dificultava os entendimentos dos industriais com os trabalhadores, pois, como veremos a seguir, algumas das reivindicações de movimentos trabalhistas tinham a intenção de reforçar a participação do Estado na economia e limitar a liberdade do capital estrangeiro.

A lei de remessa de lucros

A posição externa do Brasil era frágil em virtude dos recorrentes déficits no balanço de pagamentos. A balança comercial oscilava próximo ao equilíbrio. Assim, nos anos que não era negativa, também não era suficientemente positiva para compensar o saldo negativo da conta serviços, para o qual pesavam juros, lucros e dividendos. As amortizações de empréstimos anteriores também ampliavam sua importância para o déficit do balanço de pagamentos. Desta maneira, os novos empréstimos tornaram-se cada vez mais necessários para fechar o balanço de pagamentos. Contudo, a dificuldade de entendimento entre o Brasil e seus credores resultava em redução destes empréstimos, exceto para o ano de 1961, no qual o governo de Jânio

(7) As reformas de base envolviam reformas fiscais, bancária, administrativa, política e, a de maior repercussão, agrária. Pelos segmentos sociais que as apoiavam, as reformas de base estiveram associadas também a posições nacionalistas, como maior controle sobre o capital estrangeiro e maior participação do Estado na economia.

Quadros havia angariado novos recursos no exterior⁸. Como consequência, diminuíam as reservas internacionais (ver Tabela 3).

O aumento das amortizações era reflexo da estrutura de prazos da dívida externa. Em junho de 1960, o total da dívida que o Brasil teria que pagar em 1961 e 1962 era próximo de US\$ 650 milhões, o que representava um quarto do valor provável das exportações brasileiras no período⁹. Para o ano de 1961, se fossem adicionados à dívida os montantes referentes ao adiamento de empréstimos e financiamentos vencidos em 1960, *swaps*, e promessas de venda de câmbio de leilões e da oferta tríplice ainda não liquidada, o Brasil teria 700 milhões de dólares para saldar (Gennari, 1997).

Esta situação concedia espaço para um intenso debate em torno da Lei de Remessa de Lucros. Nacionalistas e comunistas a defendiam como pré-requisito para alcançar o desenvolvimento autônomo. Segundo Gennari (1997), na concepção de Caio Prado Jr. o subdesenvolvimento não significava simplesmente um nível inferior de progresso econômico. O subdesenvolvimento caracterizava-se pela posição complementar, subordinada e dependente da economia brasileira no conjunto do sistema capitalista, dentro do qual desempenhava a função de fornecedor de matérias-primas, produtos primários e gêneros alimentares. Sendo assim, a economia dos países subdesenvolvidos não se estruturava em suas próprias bases nacionais, mas sim em torno dos interesses dos países dominantes do sistema. Tal posição resultaria numa relação de trocas desfavorável a estas economias (Gennari, 1997).

(8) Deve-se considerar que o aumento das tensões entre governos brasileiros e estadunidenses ocorreu num período de profundas alterações nas relações internacionais: hegemonia dos Estados Unidos e Guerra Fria; alteração da política de empréstimos aos países subdesenvolvidos realizada pelo governo Eisenhower; e a internacionalização produtiva via IDE. Neste sentido, os “desentendimentos” devem ser compreendidos dentro deste novo contexto. Para uma análise desta realidade após a II Guerra Mundial e da tensão entre Brasil e Estados Unidos, levando ao rompimento das negociações com o FMI ainda durante o governo Juscelino Kubitschek, ver Young (2014).

(9) *Conjuntura Econômica*, mar. 1961, p. 128.

Tabela 2
Brasil: Balanço de Pagamentos, 1960-1964

Especificação	Valor (US\$ 1 000 000)				
	1960	1961	1962	1963	1964
A. Balança comercial	-23	113	- 89	112	344
B. Serviços	-459	- 350	- 339	- 269	- 259
Transportes e seguros	-85	- 83	- 84	- 100	- 73
Rendas de capitais	-155	- 145	- 136	- 87	- 131
Juros	-115	- 114	- 118	- 87	- 131
Lucros e dividendos	-40	- 31	- 18	0	0
Outros serviços	-219	- 122	- 119	- 82	- 55
C. Mercadorias e serviços (A + B)	-482	- 237	- 428	- 157	85
D. Transferências	4	15	39	43	55
E. Transações correntes (C + D)	- 478	- 222	- 389	- 114	140
F. Capitais	58	288	181	- 54	82
G. Total (E + F)	-420	66	- 208	- 168	222
H. Erros e omissões	10	49	- 138	- 76	- 218
I. Superavit (+) ou deficit (-)	-410	115	- 346	- 244	4
J. Demonstrativo de resultado	410	- 115	346	244	- 4
Haveres de curto prazo (aumento (-))	241	- 309	3	- 33	- 171
Ouro monetário (aumento (-))	40	2	60	76	58
Operações de regularização	61	260	120	187	52
FMI	48	40	- 18	5	- 28
Outros	13	220	138	182	80
Atrasados comerciais.	68	- 68	163	14	57

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Por isto, o caminho para o desenvolvimento nacional autônomo passaria pela industrialização. Contudo, esta não poderia ser realizada apenas mediante a instalação de filiais de empresas estrangeiras no território nacional. Para Caio Prado Júnior, uma industrialização nestes moldes manteria o desenvolvimento da economia nacional limitado à capacidade de o Brasil remunerar estas

empresas. Tal remuneração dependeria fundamentalmente da renda nacional e das exportações. Este, aliás, é um fato que explicita o estreito vínculo entre o desenvolvimento industrial impulsionado pelo capital estrangeiro e o setor primário-exportador, inclusive o latifúndio. Sendo assim, além de captar parte da renda nacional, as empresas estrangeiras tomariam parte das receitas cambiais. Portanto, para Prado Jr. era necessário estimular a industrialização através do nacionalismo, que não era xenófobo e nem mesquinho, como argumentavam alguns intelectuais contrários ao controle sobre o capital estrangeiro (Gennari, 1997).

Tabela 3
Reservas internacionais

Período	Liquidez Internacional 2/
1956	608
1957	474
1958	465
1959	366
1960	345
1961	470
1962	285
1963	215
1964	244

Fonte: Banco Central do Brasil

Um dos defensores do capital estrangeiro que costumava acusar o nacionalismo de xenófobo era Roberto Campos. Este argumentava que a preocupação com a remessa de lucros ignorava a contribuição do capital estrangeiro para: a geração de renda, emprego e aquisição tecnológica; e para o balanço de pagamentos, através de exportações ou de substituição de importações. Por isto, as restrições às remessas de lucros seriam prejudiciais, pois afugentariam o capital estrangeiro. Dizia Roberto Campos que, paradoxalmente, a melhor maneira de manter o capital estrangeiro no país seria não impedi-lo de sair. Por fim, dois outros motivos eram utilizados pelo tecnopresário para defender a inconveniência de restrições: a necessidade de

recorrer a empréstimos compensatórios e créditos de longo prazo e a impossibilidade de o país manter elevado nível de investimentos sem o afluxo do capital estrangeiro (Campos, 1963b).

O debate não se restringiu aos intelectuais. Ele atingiu também a imprensa e o Congresso Nacional. Em 25 de fevereiro de 1960, o deputado Celso Brandt (PR/MG), apresentou seu projeto n. 1587. Na apresentação do projeto, Celso Brandt argumentou que dois seriam os benefícios principais da aprovação do projeto: reter as riquezas criadas no país e economizar divisas. O debate na Câmara dos Deputados se sucedeu principalmente entre Sérgio Magalhães (PTB) e Daniel Faraco (PSD/RS). O deputado Daniel Faraco argumentava que não havia distinção entre lucro nacional e lucro estrangeiro, ou melhor, que todo lucro era necessariamente nacional. Sendo assim, não havia sentido em limitar remessas a um percentual do lucro. Dizia que o necessário seria implementar medidas que incidissem sobre o lucro, pois este, fosse de empresa estrangeira ou nacional, era realizado em cruzeiros. A opção de comprar dólares com estes cruzeiros existia tanto para as empresas estrangeiras quanto para as nacionais. Por isto, para reter o capital estrangeiro seria mais importante conceder a possibilidade de adquirir divisas de seus respectivos países, pois criaria um clima favorável às novas inversões, tornando prescindível qualquer controle quantitativo (Gennari, 1997).

O Deputado Sérgio Magalhães, por sua vez, contrariava os argumentos de Daniel Faraco. Para Magalhães, a abordagem do problema não poderia se restringir apenas ao lucro ou ao câmbio. Era necessário analisar a economia em seu conjunto. A partir desta análise, dizia Sérgio Magalhães, a restrição à remessa de lucros tornava-se pertinente, pois fossem tais remessas realizadas, por câmbio livre ou não, seriam responsáveis pela drenagem de divisas em detrimento de importações imprescindíveis à continuidade do desenvolvimento da economia brasileira (Gennari, 1997).

A restrição à remessa de lucros foi finalmente aprovada no Congresso, tornando-se lei n. 4131 de 1961, ficando, ainda, à espera da sanção do presidente Jango. Goulart, entretanto, a sancionaria apenas em 1964. A aprovação desta medida pelo Congresso em 1961, é um dos temas mais debatidos pela bibliografia, existindo análises que apontam a existência de posições de industriais nacionalistas, análises que apontam posições associadas

entre os industriais, até a análise de Loureiro (2012), argumentando que o *lobby* de industriais nacionalistas foi determinante para a aprovação da lei.

Ainda que existissem empresários industriais nacionalistas apoiando a lei de remessa de lucros, o fato de existir uma burguesia industrial atuante contrária aos seus artigos mais polêmicos ilustra os limites para a autonomia nacional resultante da relação entre uma parcela significativa da burguesia brasileira e a burguesia internacional¹⁰. Como procuramos mostrar com o caso da energia elétrica, desta relação também resultava o espaço para a atuação do Estado. Dada a impossibilidade de o capital nacional privado realizar a concentração necessária para ocupar alguns setores, tal como o de energia elétrica, o caminho para se dotar a economia nacional de maior autonomia seria conferindo responsabilidade ao Estado por estes setores. No entanto, este caminho encontrava também restrições por parte do empresariado industrial brasileiro. Ao final do artigo abordaremos rapidamente outro caso que exemplifica o que queremos dizer, o das refinarias de petróleo.

As reivindicações trabalhistas

O último, e central, fator de tensão no governo João Goulart foi a ação dos trabalhadores. Central por dois motivos. Primeiro porque, ao pretender atingir objetivos políticos, a ação dos trabalhadores principiou a abordar também os temas de tensões acima mencionados: controle sobre o capital estrangeiro reforma agrária, participação do Estado como empresário, enfim, procurava pressionar a arena política, fosse ao âmbito do executivo ou do legislativo, a adotar medidas que possibilitassem a implementação das almejadas reformas de base. Estas reivindicações passaram a ter maior importância não somente pela relação que Goulart mantinha com a classe trabalhadora, mas também, e principalmente, pela capacidade de mobilização

(10) Não queremos dizer que os industriais eram de opinião homogênea. Havia os industriais nacionalistas. No entanto, no decorrer dos anos 1950 e, sobretudo, a partir das eleições de 1962 para a diretoria da FIESP, estes industriais nacionalistas não se sentiam representados pela FIESP. Isto indica que esta posição era minoritária. Rago (2004, p. 177) cita um trecho da fala de Fernando Gasparian, um dos principais expoentes de industrial nacionalista à época, em entrevista dada à autora: “caso o José Ermírio, o Severo Gomes e eu estivéssemos viajando num mesmo avião e se este caísse, acabaria ali a burguesia nacional”. Para Rago (2004), a fala de Gasparian mostra a insignificância da parcela nacionalista entre os industriais.

que os trabalhadores haviam atingido através de instituições que os permitiam se organizarem em âmbito nacional. Segundo, porque a ação dos trabalhadores explicitava o conflito de classe.

Este era um tema sensível aos industriais da Fiesp. Podemos dizer que os industriais se sentiam receosos por três motivos: o significado que as greves passaram a ter para a participação dos salários na renda nacional; a representatividade das greves políticas para a alteração da estrutura social brasileira; a possibilidade de ampliação da ação coletiva dos trabalhadores diante da tentativa de negociação coletiva pelo CNTI.

Segundo Miglioli,

A partir dos últimos meses de 1961, porém, registraram-se diversas greves políticas. A primeira ocorreu nos dias finais de agosto daquele ano, por ocasião da renúncia do Presidente Jânio Quadros e visava opor-se à possível pressão militar que teria motivado a renúncia e, depois, à efetiva pressão militar que tentava impor uma ditadura de direita no País. Em dezembro de 1961, deu-se a greve geral de Recife, em protesto contra os ataques políticos à Sudene. Em janeiro de 1962, os trabalhadores da Petrobrás entraram em greve, exigindo uma diretoria nacionalista na empresa. Finalmente, em julho e em setembro de 1962, houve as duas greves gerais, nacionais, em defesa de um novo governo nacionalista e democrático (Miglioli, 1963, p. 116).

Após estas, ainda foram realizadas as greves: dos bancários, em dezembro de 1962; de Santos, em setembro de 1963; e a greve geral, em outubro de 1963.

Quando da instalação do parlamentarismo, ficou mantida, também ao gabinete, a lei que exigia que os ocupantes de cargos por nomeação que desejassem candidatar-se às eleições não poderiam ocupar cargos do executivo em até noventa dias antes das eleições. Como haviam eleições previstas para outubro, o gabinete de Tancredo Neves deveria renunciar se seus membros desejassem eleger-se. Primeiro procurou-se emendar a lei que instituía o parlamentarismo, para que o desligamento não fosse necessário (Erickson, 1979). No entanto, fosse por interesses de alguns políticos interessados em se candidatar a presidente em 1965 e que não desejavam terem seus poderes limitados pelo parlamentarismo ou fosse por interesses daqueles que não

desejavam a institucionalização do parlamentarismo, a emenda não foi aprovada.

Dada a impossibilidade de manter o gabinete, Goulart indicou o nome de San Tiago Dantas para primeiro ministro. O PSD, no entanto, se recusou a aprovar o nome e exigia que Jango escolhesse alguém da legenda para o cargo. Foi neste contexto que eclodiu a greve geral de julho de 1962. Jango indicou o presidente do Senado e membro do PSD, Auro de Moura Andrade. A CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), no entanto, organizou a greve geral exigindo a formação de um gabinete nacionalista.

Eram amplas as reivindicações dos trabalhadores, como se pode ver através do programa apresentado ao governo:

- 1 Luta concreta e eficaz contra a inflação e carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais dos produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes;
- 2 Reforma agrária radical e, de imediato, reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- 3 Reforma urbana como única solução para o problema da casa própria;
- 4 Reforma bancária, com a nacionalização dos depósitos;
- 5 Reforma eleitoral, como direito de voto aos analfabetos, aos Cabos e Soldados das Forças Armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de outubro;
- 6 Reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários;
- 7 Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos;
- 8 Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional;
- 9 Aprovação da lei que assegure o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos;
- 10 Encampação, com tombamento, de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;

- 11 Controle na inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros;
- 12 Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
- 13 Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;
- 14 Fortalecimento da Petrobrás com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;
- 15 Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;
- 16 Criação da Aerobrás, instituindo o monopólio Estatal na aviação comercial;
- 17 Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e exportação, às embarcações mercantis nacionais;
- 18 Aprovação da lei que institui o pagamento do 13º salário (Miglioli, 1963, p. 118).

A capacidade de realizar uma greve geral em âmbito nacional e os pontos do programa apresentados permitem-nos visualizar a importância que atingia a ação coletiva dos trabalhadores. A análise feita pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) é esclarecedora de como as entidades sindicais entendiam o papel que elas deveriam realizar:

Demonstramos, de maneira inequívoca, que os trabalhadores, como também os demais setores patrióticos do povo brasileiro – civis e militares – que não estão dispostos a assistir passivamente aos jogos de interesse que, em seu nome, são feitos na defesa de grupos nacionais e estrangeiros que exploram a nação brasileira. Demonstramos, na prática, que a Classe Trabalhadora é hoje uma força organizada e independente, disposta a lutar com todas as camadas sociais de nosso povo para tornar efetiva as reformas de base, consolidar e ampliar as liberdades democráticas e sindicais, defender e ampliar a política externa que vem sendo executada (Miglioli, 1963, p. 121).

Segundo Toledo (2004), o CGT, embora mostrasse autonomia em relação ao Governo de João Goulart, apoiava este. O compromisso do CGT com o Goulart “era justificado pelo fato de a ideologia nacional-desenvolvimentista, elaborada pelo PCB e hegemônica dentro do CGT, ser convergente com as

propostas reformistas de Goulart” (Toledo, 2004, p. 20). Neste sentido, uma oposição da Fiesp às reivindicações e mobilizações trabalhistas significaria opor-se a importantes forças políticas defensoras das reformas de base, fragilizando a possibilidade de realização destas.

O comportamento dos industriais da Fiesp perante esta crescente organização dos trabalhadores pode ser analisado através de três casos. Em dezembro de 1962, ocorreu a greve dos bancários contra a proposta de reforma bancária que então tramitava no Congresso Nacional. Reivindicavam ainda que fossem incluídos representantes das entidades dos trabalhadores em um grupo de estudos sobre a reforma bancária, ainda a ser criado, e que os benefícios e status dos bancários de Minas Gerais fossem os mesmos dos funcionários do Banco do Brasil (Erickson, 1979). A Fiesp, juntamente com entidades patronais representativas do comércio e lavoura, enviou um telegrama a João Goulart no qual afirmava que, independentemente do mérito das reivindicações dos grevistas, era “inadmissível que as atividades fundamentais à economia da nação, como as exercidas pelo Banco do Brasil, sejam relegadas a plano secundário, em virtude da atitude de servidores que colocam as suas aspirações e conveniência acima do bem público. Coagir a Câmara com greves que paralisam setores vitais da nação constitui atitude antidemocrática e antipatriótica que deve merecer repúdio frontal das autoridades”. E advertia que se fatos como este continuassem a ocorrer, criariam “condições intoleráveis à vida nacional”¹¹. Ou seja, os empresários advertiam Goulart de que não admitiriam que os trabalhadores utilizassem greves para reivindicar medidas no âmbito do Congresso Nacional.

O segundo fato, diz respeito à ofensiva realizada pela Fiesp sobre os trabalhadores portuários e marítimos. Primeiramente esta ofensiva era feita, principalmente por Humberto Dantas, editor do *Boletim*, sob a argumentação de que o atendimento às reivindicações salariais destes trabalhadores, além de criar um privilégio, não seria coerente com o Plano Trienal e, assim, o ameaçaria de “colapso”¹². A oposição da Fiesp a estes trabalhadores se intensificou diante da

(11) Impatriótico o movimento grevista dos funcionários do Banco do Brasil e “Declarações do presidente da FIESP” (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 19 dez. 1962, p. 7).

(12) Estamos próximos ao ‘teto zero’ no plano moral (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 17 abr. 1963, p. 4-5; 1 maio 1963, p. 4-6; 21 ago. 1963, p. 4-5).

greve de Santos, em setembro de 1963. Esta greve teve início com a greve de enfermeiras e funcionários de hospitais em Santos. A Santa Casa não tomou a mesma decisão de outros hospitais, os quais haviam atingido um acordo quanto ao aumento salarial. Diante desta situação, o Fórum Sindical de Debates, entidade de cúpula do CGT em Santos, convocou uma greve geral de solidariedade. O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, convocou a polícia para resolver a situação, e 250 participantes foram presos (Erickson, 1979). A Fiesp apoiou a atitude de Adhemar, argumentando que tal atitude defendia as “liberdades fundamentais” e o “próprio regime democrático”. Os industriais da Fiesp ainda enviaram telegrama ao presidente Goulart, argumentando que a greve estava “sob o comando do organismo ilegal e espúrio denominado Fórum Sindical”, e pressionava Jango a “usar todos os recursos legais de que dispõe o governo para que tal situação de clamorosa ilegalidade e de frontal acinte à ordem jurídica e à autoridade das instituições tenha paradeiro”¹³.

O terceiro fato foi a tentativa de negociação coletiva dos reajustes salariais entre a CNTI e a Fiesp. Tradicionalmente, as negociações salariais ocorriam entre os sindicatos dos empregados e seus respectivos sindicatos de empregadores. No decorrer do mês de outubro de 1963, no entanto, 78 sindicatos e federações do estado de São Paulo haviam concordado em designar a CNTI para representá-las em negociação (Erickson, 1979). A CNTI solicitou que a Fiesp representasse os empregadores em conjunto, mas a Fiesp recusou, alegando que a pretendida negociação era ilegal¹⁴. Ao mesmo tempo, a entidade representativa dos industriais paulistas solicitou ao governo federal que tomasse medidas para evitar que fosse realizada uma greve geral. O Ministro do Trabalho, Amaury Silva viajou a São Paulo na tentativa de solucionar o caso (Loureiro, 2012). Participaram da Comissão da Fiesp Jorge Duprat Figueiredo, Orlando Lavieno Ferraiuolo, Theobaldo de Nigris e Fernando Gasparian. Enquanto isto, a Fiesp encaminhou uma ordem ao Delegado Regional do Trabalho em São Paulo solicitando o fracionamento das negociações, ao passo

(13) Providências solicitadas pelas entidades da indústria (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 18 set. 1963, p. 4).

(14) Compete aos sindicatos reajustamentos salariais (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 6 nov. 1963, p. 5).

que Raphael Noschese anunciava que o “governo do estado assegurará o direito de trabalho a quem queira trabalhar, dentro da ordem e da lei”¹⁵.

E foi realmente esta a atitude de Adhemar de Barros, acionando a polícia para reprimir a greve. O Ministro do Trabalho criticou o comportamento do governador do estado, ao mesmo tempo em que Noschese defendeu o governador e declarou que os industriais de São Paulo não desejavam mais manter contatos com o Ministro (Loureiro, 2012). Humberto Dantas anunciava, em tom de profecia, a reação que viria:

É tarde para uma reação? Não nos parece que o seja. [...] Hoje é o governo de um grande Estado que enfrenta com coragem, amanhã serão outros, escudando-se na lei e no interesse geral da coletividade e contra os que querem aniquilar e destruir a nação¹⁶.

Vemos, assim, a resistência oferecida pela burguesia industrial às ações dos trabalhadores em apoio a medidas que possibilitassem maior autonomia nacional. Os industriais nacionais apenas poderiam oferecer resistência ao capital estrangeiro se concedessem poderes ao Estado para tanto. Mas fazer isto significaria também atender à crescente reivindicação da classe trabalhadora e isto a burguesia não parecia estar disposta. Neste sentido ganhava espaço a verborragia associando ampliação da participação do Estado como empresário à supressão da iniciativa privada.

Ao mesmo tempo em que os industriais da Fiesp intensificavam sua reação à ação dos trabalhadores, também reagiam contra a “estatização” através do caso das refinarias de petróleo. Em reunião das diretorias, Raphael Noschese explicou que haviam sido publicadas notícias sobre a existência de um “movimento visando a encampação das refinarias particulares”. O presidente das entidades defendeu que a medida não era necessária, uma vez que as empresas particulares atuavam em melhores condições de produtividade. Diante destes fatos, Noschese propôs que a diretoria ficasse autorizada a enviar

(15) Indústria somente fará acordo em separado, dentro da lei e da ordem (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 6 nov. 1963, p. 7).

(16) Ainda é tempo para uma reação (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 5 dez. 1964, p. 4-5).

telegrama a Goulart manifestando sua discordância em relação à medida, ao que foi aceita¹⁷.

Em resumo, entre as reivindicações dos trabalhadores e as pressões externas, o empresariado industrial paulista se articulou com as segundas e se opôs às primeiras, inviabilizando um entendimento que conferisse peso maior às forças políticas internas para articular a ação do Estado no desenvolvimento capitalista nacional.

Em 18 de janeiro, Goulart assinou o decreto n. 53.451, regulamentando a Lei n. 4.131. Decidia-se, finalmente, que os reinvestimentos não teriam direito a remeter lucros ao exterior. Também cassou as concessões de pesquisa e lavra da Hanna Mining Co. em Nova Lima. E em 13 de março realizou o comício na Central do Brasil, no qual anunciou a encampação das refinarias particulares de petróleo e a desapropriação de terras valorizadas por investimentos públicos. Também encaminharia Mensagem ao Congresso com medidas para a realização das reformas, incluindo ainda a realização de plebiscitos para consultar a opinião da população sobre as medidas. Em 31 de março foi dado golpe, colocando fim às esperanças. O sonho ficou truncado.

Conclusões

Pudemos visualizar, para o período do governo de João Goulart, as dificuldades de se seguir reformas que permitissem uma via de desenvolvimento nacional popular. Sustentar a hipótese de que as reformas poderiam ser aprovadas se grupos de esquerda tivessem adotado comportamento mais flexível, supõe que outros grupos tivessem interesse em realizá-las. No caso dos industriais paulistas as investigações mostram que havia pouca simpatia para participarem de uma correlação de forças em prol das reformas. Não havia uma indisponibilidade com o capital estrangeiro. Ao contrário, a burguesia industrial majoritariamente havia se associado a ele. Por outro lado, os industriais paulistas encaravam com receio o aumento da participação política dos trabalhadores. A um desenvolvimento no qual o aumento da renda dos trabalhadores contribuísse para o dinamismo da economia, preferia-se a

(17) Contra a encampação das refinarias de petróleo (*Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, 11 set. 1963, p. 11-12).

dinamização pela empresa oligopolista multinacional. Nesta aliança, diante do aumento da pressão popular por ampliação da participação política e recomposição salário real, a burguesia se uniu.

Bibliografia

BANDEIRA, L. A. *Moniz o governo João Goulart*. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renavan; Brasília-DF: EdUnB, 2001.

BASTOS, Pedro P. Z. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Tese (Doutorado)–IE/Unicamp, Campinas-SP, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAMPOS, Roberto de O. Controle de remessas de lucros de empresas estrangeira, 1963a. In: CAMPOS, Roberto de O. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CAMPOS, Roberto de O. Controle de remessas de lucros de empresas estrangeira, 1963b. In: CAMPOS, Roberto de O. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CARVALHO, Fernando J. C. *Agricultura e questão agrária no pensamento econômico brasileiro (1950-1970)*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1978.

CASTRO, Nivaldo J. de. *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a pública (1945-1964)*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1985.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ERICKSON, Keneth. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREDERICO, Celso (Org). *A esquerda e o movimento operário: 1964/1984*, v. 1: a resistência a ditadura. São Paulo-SP: Novos Rumos, 1987.

FURTADO, Celso. Brasil – A situação pré-revolucionária. *Digesto Econômico*, n. 171, mai/jun, 1963.

FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1972.

GENNARI, Adilson M. *A nação e o capital estrangeiro: um estudo sobre a lei de remessas de lucros no governo de João Goulart*. Tese (Doutorado)–IFCH/Unicamp, Campinas-SP, 1997.

LEOPOLDI, Maria A. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOUREIRO, Felipe P. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese (Doutorado)–FFLCH-USP, São Paulo, 2012.

MIGLIOLI, Jorge *Como são feitas as greves no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

RAGO, Maria A. P. *A práxis política de José Ermírio de Moraes: nacionalismo sem nacionalistas*. Tese (Doutorado)–IFCH/Unicamp, Campinas-SP, 2004.

SILVA, Ligia M. O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 2, p. 15-25, 1997.

SILVA, Marcelo S. da. *Um caso de desamor: o debate sobre a estatização do setor de energia elétrica – 1956-61*. São Paulo: PUC, 2009.

SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1962.

TOLEDO, Caio N. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004.

YOUNG, Victor A. F. *JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento*. São Paulo: Alameda, 2014.